Angela Maria Grossi

Universidade Estadual
Paulista Júlio de
Mesquita Filho, São Paulo,
SP, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-5425-4917>

**Gabriel Henrique de
Oliveira Lopes**

Universidade Estadual
Paulista Júlio de Mesqui-
ta Filho, São Paulo, SP,
Brasil.

<https://orcid.org/0000-0001-5578-6045>

**Por uma nova
“pedagogia” do
Jornalismo: repensando
o Projeto Político-Peda-
gógico da Universidade
Estadual Paulista**

**For a pedagogical
renewal: rethinking
Journalism pedagogical
project of São Paulo State
University**

**Por una nueva
“pedagogía” del
periodismo: repensar el
proyecto político-peda-
gógico de la Universidad
Estatad de São Paulo**

RESUMO*

Desde a fundação do primeiro curso, o ensino de Jornalismo passou por várias reformas, as quais influenciaram as concepções da profissão no Brasil. Frente aos desafios contemporâneos, estudiosos do jornalismo foram incumbidos de produzir, a pedido do Ministério da Educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de Jornalismo, homologadas em 2013. O presente trabalho procura contribuir para caracterização do processo de mudança do projeto pedagógico de curso e para a democratização do debate sobre as DCN, na Universidade Estadual Paulista (Unesp). Para tanto, o artigo utiliza a historicidade como categoria da análise para determinar as mudanças pelas quais o ensino de jornalismo passou. Além disso, o estudo, para enriquecer o quadro de determinações sobre o objeto, formulou questionário para que a classe estudantil pudesse avaliar a estrutura universitária de modo a contribuir com a implantação das diretrizes. Em adição, entrevistas semiestruturadas foram realizadas com os gestores da universidade que participaram da reestruturação do curso. Palavras-chave: Ensino de graduação. Jornalismo. Currículo de Jornalismo. Diretrizes Curriculares de Jornalismo. Projeto Político-pedagógico.

ABSTRACT

Journalism education has undergone some renewal process that influenced its professional structure in the history of Brazilian High Education. Motivated by contemporary social challenges and changes, scholars, professors, experts, and professionals of journalism were responsible for the production of Journalism's National Curriculum Guidelines (NCG), in 2013, which have changed Brazilian journalism courses. This article seeks to contribute to the change process characterization of the renewals Pedagogical project and for the democratization of NCG at São Paulo State University (Unesp). This way, the article uses historicity as a category of analysis to determine the changes that journalism teaching has undergone. Also, the study formulated a questionnaire for university student could evaluate the journalism course structure and to contribute to the implementation NCG, and journalism professors who participated in restructuring course process were interviewed (semi-structured interviews).

Keywords: Journalism. Journalism teaching. Guidelines for Journalism. Journalism's national curriculum. Journalism Pedagogical project.

RESUMEN

Desde la fundación del primer curso, la enseñanza del periodismo ha pasado por varias reformas, que han influido en la profesión de las ideas en Brasil. Frente a los desafíos contemporáneos, pensadores de periodismo se encargaron de producir, a petición del Ministerio de Educación, las Directrices Curriculares Nacionales (DCN) para el curso de Periodismo, aprobada en 2013. Este trabajo busca contribuir a la caracterización del proceso de cambio del curso pedagógico y para la democratización del debate sobre DCN, en la Universidad Estadual Paulista (Unesp). Para ello, el artículo utiliza la historicidad como categoría de análisis para determinar los cambios que ha experimentado la enseñanza del periodismo. Además, el estudio, para enriquecer el marco de determinaciones sobre el objeto, formuló cuestionarios para que una clase de estudiantes pueda evaluar una estructura universitaria a fin de contribuir a la implementación de los lineamientos. Además, se realizaron conexiones semiestructuradas con directivos universitarios que participaron en el curso de la universidad.

Palabras clave: Educación universitaria. Periodismo. Directrices del plan de estudios de periodismo. Proyecto político y educativo.

* Esse material é o resultado de pesquisa de Iniciação Científica, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp)

Submissão: 3-7-2017

Decisão editorial: 7-8-2020

Introdução

A discussão sobre as diretrizes de formação e a necessidade de se repensar o ensino de jornalismo no Brasil permearam as pautas acadêmicas nas últimas décadas, motivadas por uma série de questões intrínsecas e extrínsecas à universidade. O presente artigo, construído no bojo das mudanças preconizadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de 2013 (BRASIL, 2013), último debate nacional sobre atualizações curriculares e pedagógicas da formação dos jornalistas, objetivou caracterizar o processo que culminou nas mudanças pedagógicas do curso de jornalismo na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), por meio de determinações e fazendo uso de categorias de análise que perpassam o objeto, sem contudo, esgotar as possibilidades de investigação. O estudo também visou ampliar o debate e democratizá-lo estendendo a possibilidade de análise e avaliação das diretrizes curriculares aos estudantes, por meio das técnicas de coleta de dados. Além disso, o trabalho buscou contribuir com investigações futuras, que tragam à luz ao ensino de jornalismo e os desafios que se impuseram ou impõem ao campo profissional e área de estudos em momento diferentes da sociedade.

Em outras palavras, pretendeu-se, no bojo das mudanças promovidas pelas Diretrizes Curriculares e debate anterior sobre aspectos concernentes ao Projeto Pedagógico de Curso, caracterizar o processo de discussão, articulando aspectos científicos e técnicos para contribuir com a construção de projetos pedagógicos de curso a partir do caso da Unesp, campus de Bauru. Antes de prosseguir para a análise, faz necessário situar e justificar alguns pressupostos do exame empreendido.

No fim da primeira década dos anos 2000, o Ministério da Educação apontou a necessidade de se repensar o ensino de jornalismo no contexto de transformação da sociedade, na qual o jornalismo desempenharia, na visão dos proponentes, papel decisivo em tempos de fortalecimento democrático ao informar cidadãos e formar correntes de opinião pública (BRASIL, 2013). Nesse sentido, os cursos superiores de jornalismo são tomados, no presente estudo, como “constructos” por meio dos quais se pode realizar o exame da particularidade do trabalho jornalístico, já que refletem e são condicionados pelas relações de trabalho presentes na sociedade e pelo trabalho jornalístico em sua particularidade.

Em outras palavras, embora não seja o ensino que determine o trabalho jornalístico, é ele que auxilia na construção de pressupostos, teorias, abordagens e técnicas e, ao mesmo tempo, é construído, de maneira dialética, pelas demandas e relações constituídas no interior das relações de produção. Uma reforma na universidade, assim como enfatiza Bicudo (2001 *apud* TRIGUEIRO, 2003), associa as transformações e reestruturação acadêmica ao processo dialético de renovação da estrutura existente, construindo uma avaliação crítica, reflexiva e permanente. Portanto, trazer à luz das discussões sobre as DCN a formação de jornalista em sua complexidade significa evocar as relações de

trabalho particulares e as especificidades acadêmicas que consolidam um campo ou uma área.

Diante desse cenário e da necessidade de repensar projetos pedagógicos das instituições superiores de jornalismo, o estudo focou sua análise na construção do debate no contexto educacional do estado de São Paulo. Antes de tudo, cabe ponderar que as instituições de ensino superior de São Paulo destacam-se entre as principais formadoras de jornalistas, tanto pelo seu desempenho em relação à pesquisa, extensão e ensino, quanto pela importância econômica regional que possuem, já que as IES estaduais são as únicas instituições públicas a oferecerem o curso de jornalismo. “São Paulo é o único Estado do Brasil onde as universidades mais importantes não são federais, e sim estaduais. Isso decorre da histórica importância econômica do Estado, que resultou em sua maior autonomia financeira” (QUADROS *et al*, 2000, p. 126). A Universidade Estadual Paulista, situada no interior do estado (Bauru), e Universidade de São Paulo, localizada na capital, oferecem, anualmente, aproximadamente 150 vagas nos cursos de Jornalismo.

A Unesp, cujo curso de Jornalismo foi alvo de análise, destaca-se como uma das universidades públicas de maior relevância no contexto da pesquisa, extensão e do ensino e regularmente é avaliada como uma das melhores universidades jovens do país¹ e do mundo². Diferentemente das demais universidades, a Unesp foi criada em 1976 a partir da

¹ Ranking produzido pela The Young University aponta Unesp como melhor universidade jovem do Brasil. Disponível em <https://www2.unesp.br/porta1#!/noticia/35855/rankings-apontam-unesp-como-melhor-universidade-jovem-do-brasil>. Acesso: 01 set. 2020.

² Em ranking da Center for World University Rankings (CWUR), a Unesp está entre as quatro melhores instituições do Brasil e entre as dez melhores da América Latina. Disponível em <https://www2.unesp.br/porta1#!/noticia/34940/unesp-fica-entre-as-melhores-do-pais-em-ranking-universitario>. Acesso: 01 set. 2020

unificação e incorporação dos Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo e, por isso, apresenta distribuição geográfica por todo o estado – em 24 cidades diferentes –, formando uma rede de unidades extensa.

O campus de Bauru, que abriga o curso de Jornalismo, surge em 1988, por meio do Decreto nº 26.682 do Governo do estado de São Paulo, a partir da incorporação das faculdades que faziam parte da Fundação Educacional de Bauru. O curso de Comunicação Polivalente deixa de ser vinculado à Faculdade de Artes e Comunicação e passou a pertencer à Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC) da UNESP. Desde então, em seus 36 anos de existência, o curso se consolida como uma das possibilidades públicas de ensino em jornalismo e passou por diversos momentos em relação às mudanças relacionadas à educação superior na área. As discussões sobre a reestruturação do curso de Jornalismo na Unesp começaram ainda em 2013, tendo seu novo PPP aprovado no início de 2019.

Métodos e técnicas

Para atingir os objetivos, o estudo propôs uma série de processos envolvendo a pesquisa, com abordagem qualitativa. Em primeiro lugar, tentando abranger a análise do curso, levantamento documental e reunião dos documentos, desde as DCN (2002), foram realizados a fim de caracterizar o objeto e determiná-lo. Como complementação, para se iniciar o estudo do curso foi necessário recorrer à categoria de análise historicidade, uma vez que torna-se impossível compreender e determinar o objeto hoje sem recorrer à historicidade das relações entre aspectos sociais, políticos e econômicos e a própria formação jornalística.

Após, com o objetivo de ampliar o debate, democratizá-lo e avolumar as determinações do objeto, questionários foram aplicados aos discentes regularmente matriculados do curso de jornalismo, com perguntas abertas e fechadas, para compreender as demandas, as características do curso e as relações possíveis entre necessidades do curso nos documentos e na realidade concreta dos estudantes. Por meio dos questionários foi possível sistematizar informações para a composição do corpo teórico que sustenta as principais críticas e sugestões para melhorias do curso, não só no nível da gestão, mas no nível didático-pedagógico.

Os estudantes participantes (amostra) – 15% do número total de alunos regularmente matriculados na universidade, em 2015 – da sondagem foram convidados a avaliar, por meio de parâmetros propostos – *muito eficiente (ME), eficiente (E), deficitário (D), muito deficitário (MD)* - e espaços para respostas abertas/livres, com objetivo de incrementar a análise ou somar considerações pertinentes em cada item, as seguintes pautas: *a formação do curso da universidade a qual o aluno pertence; qualidades positivas e negativas do curso; a carga horária; a matriz curricular; relação entre pesquisa, ensino e extensão; a relação entre a sua universidade (curso) e setor produtivo de sua cidade/região; a disponibilidade e estado de recursos materiais e de infraestrutura dos cursos; e os docentes do curso.* Os dados foram tabulados para complementar a avaliação histórica das DCN (2002) vigentes à época.

Por fim, com o intuito de apreender o posicionamento, visão e compreensão de gestores do curso, que conduziram ou participaram de reuniões regula-

res acerca da criação de um novo Projeto Político-pedagógico, o estudo avançou para a realização de entrevistas semiestruturadas com professores e gestores das universidades analisadas.

As entrevistas semiestruturadas, segundo Triviños (1987) possibilitam não só a descrição de determinados fenômenos sociais, mas a compreensão da totalidade em que está inserida, além de permitir a atuação ativa do próprio pesquisador no processo de coleta de informações. A partir desta técnica, foram levantados temas relativos à composição curricular, à formação profissional do jornalista, apoiando-se em documentos como as Diretrizes Curriculares e os demais parâmetros, atuais ou anteriores. Além disso, valorizou-se as experiências na docência e profissional dos entrevistados, resgatando aprendizados, estudos e opiniões acerca do ensino de jornalismo.

O ensino de jornalismo no Brasil

A construção de um curso superior de jornalismo no Brasil reflete e abriga uma série de fatores extrínsecos à própria área que sintetizam conflitos no campo ideológico, político e social.

A recente história do Jornalismo no Brasil é o resultado da associação de cruzamentos ou combinações entre as demandas sociais, políticas e econômicas do país; o desejo pela emancipação; o empreendimento e o capital de elites locais; a necessidade de legitimação da esfera e opinião públicas; e a organização da elite intelectual nacional (MARCONDES FILHO, 2002). A proibição na instituição de uma imprensa local e legal³ – permitida apenas

³ Antes da liberação da imprensa no país, somente a Gazeta do Rio de Janeiro, jornal oficial da Corte Portuguesa, e o Correio

com a transferência da corte portuguesa ao Brasil – (AVANZA, 2007; BAHIA, 1990) e a demora na constituição, contudo, de um campo específico de conhecimento para a atuação profissional, por meio do qual se consolidaria o Jornalismo no Brasil, legaram ao país anos de atraso na construção de um corpo teórico da Comunicação e, conseqüentemente, na formação de profissionais específicos para a área.

Da primeira metade do século XIX, mediante o início da imprensa no Brasil, até o começo do século XX, os jornais haviam se tornado o caminho mais rápido para aqueles que pretendiam carreira literária, e por isso as atividades jornalísticas eram desempenhadas por profissionais de outras áreas do conhecimento – sobretudo do Direito -, já que o país não possuía escola de formação de jornalistas (BAHIA, 1990; MARQUES DE MELO, 2005). A necessidade de criação de instituições formadoras de profissionais do Jornalismo começou a ser esboçada a partir da iniciativa e intervenção da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no início do século XX – embora essa formação proposta pautasse-se por uma capacidade técnica em detrimento de formação intelectual e desenvolvimento teórico para criação de um campo de conhecimento específico (MARQUES DE MELO, 2000). As discussões sobre a criação de uma escola formadora de jornalismo, no entanto, à revelia, ficaram estagnadas ou foram abandonadas por quase meio século e só vieram a ser pautadas novamente

Braziliense, jornal produzido e editado em Londres, por Hipólito José da Costa, com distribuição clandestina no Brasil, circulavam na colônia. A imprensa é liberada após a chegada da Família real por uma demanda de informação por parte da sociedade letrada imigrante, além da possibilidade de controle das informações circulantes na colônia, o que antes não era possível.

em virtude da iniciativa de empresários da área de comunicação, que patrocinaram a criação de escolas para jornalistas, e das necessidades das elites locais, que para terem seus interesses assegurados, passaram a apoiar a ideia.

Em síntese, nascido no bojo da revolução burguesa na França, sob o ideário da liberdade (MARCONDES FILHO, 2002), o jornalismo enquanto prática profissional, a fundação tardia da imprensa no Brasil e a falta de especificidade da área profissional são determinações de uma complexa realidade que envolvem as disputas pelo poder, de uma nobreza decadente, ainda colonialista, e uma burguesia ascendente.

A primeira escola de Jornalismo será criada apenas em 1947, quando a Fundação Cásper Líbero – criada após a morte do dono d'A Gazeta; Cásper Líbero legou seu patrimônio aos funcionários e ao coletivo, transformando seu grupo em Fundação, a qual se comprometeria em criar e sustentar uma escola de jornalismo -, em convênio com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, instituiu o curso de Jornalismo, aprovado, por meio do Decreto nº 23.087, de 19 de maio daquele ano (AVANZA, 2007).

Até 1950, o ensino de Jornalismo passou por diversas reformas e tivera, pelo menos, quatro currículos nacionais⁴. A partir de 1959, a Conferência da Unesco, em Paris, foi o palco de discussões entre diretores latino-americanos de escolas de Jornalismo, diretores e gestores de jornais sobre a qualidade e problema da informação e da formação educacional do jornalista

⁴ O primeiro currículo foi viabilizado por meio do Decreto nº22.245, de 1946; o segundo, por meio do Decreto nº24.719, de março de 1948; e, em março de 1949, o currículo foi modificado graças ao Decreto nº 24.493.

na América Latina. Ao fim do grande debate entre jornalistas e empresários, cria-se o Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina (CIESPAL)⁵, órgão da esfera de influência estadunidense, cujo objetivo consistia em destinar esforços na adoção de política preventiva às insurgências na América Latina, devotando-se, como ponta final de sua condução, a influenciar a formação dos profissionais de comunicação, e por vezes deliberar estratégias de ensino para as escolas de jornalismo.

Além de outras atribuições, o CIESPAL é responsável pela substituição, a partir de 1965, do curso de Jornalismo pelos de Comunicação Social – com especialização nas áreas profissionais –, e pela elaboração dos Currículos Mínimos - projetos curriculares de características Funcionalistas alinhados aos interesses do órgão.

Além disso, é importante lembrar que as medidas de um governo federal interessado na contenção da imprensa livre e de um órgão internacional fiel a um conjunto ideológico declarado desembocam, ao final da década de 1980, na valorização e esforço para capacitação “prática” do aluno; no rompimento com áreas do conhecimento associado às Ciências Humanas e Sociais; na criação do abismo entre prática e ensino do Jornalismo; no esforço pela formação de teóricos generalistas, apoiados no “Tronco Comum” das Comunicações, e aplicados na reprodução jornalística; no distanciamento entre ensino e mercado;

⁵ [O CIESPAL] propunha como finalidade, trabalhar para o desenvolvimento e democratização da comunicação, informação e cultura latinoamericanas, através de atividades de investigação, formação profissional, documentação e produção de materiais educativos impressos de áudio e vídeo. (BERNARDO, 2010, p.71).

na atrofia do desenvolvimento do Jornalismo com um campo do conhecimento próprio, já que está condenado a rondar a periferia da Comunicação Social; nos ataques à obrigatoriedade do diploma por parte dos empresários, graças à organização dos jornalistas em prol da melhoria nas condições de trabalho e de salário; e na falta de flexibilidade curricular.

O legado de 36 anos de contínuas alterações nos Currículos do ensino Superior em Comunicação Social – ou pelo menos cinco Currículos Mínimos –,

deixaram as IESs insatisfeitas, o Mercado de Trabalho sem parâmetros e, de maneira geral, criticando cada vez mais os profissionais formados pela falta de preparo e, lutando pela extinção da obrigatoriedade do diploma para os jornalistas. Também o corpo docente ficou à mercê de legislações que não condiziam com os próprios regulamentos da profissão e em situação de principais vilões da má formação dos jornalistas. (BERNARDO, 2010, p. 100).

Mediante a incapacidade dos cursos em superar contradições estruturais e a queda da qualidade do ensino de Jornalismo, em virtude, sobretudo a partir dos anos 1990, da expansão da oferta do ensino privado^{6 7}, as Diretrizes Curriculares Nacionais surgem

⁶ Entre 1965 e 2001, houve um salto de 20 cursos, em 1965, para 525 em 2001, sendo o ápice desse processo o período que compreende os anos de 1994 e 2001, quando o número de cursos de comunicação sextuplicou (BERNARDO, 2010).

⁷ O posicionamento do Governo Federal alinhado com as políticas que dão origem aos currículos mínimos fortalece a entrada da iniciativa privada no campo de ensino superior. O setor privado, ainda segundo Sampaio (2011), mobilizando recursos e orientando-se para atender à demanda de mercado, ganhou volume muito mais rapidamente que o público. "Entre 1960 e 1980, o número de matrículas no ensino superior passou de 200 mil para 1,4 milhão, em um crescimento de quase 500%; no setor privado, o crescimento foi de mais de 800%" (SAMPAIO, 2011, p. 26).

para preencher as lacunas e ultrapassar as barreiras implantadas pela ausência de políticas públicas que interferissem positivamente na Universidade.

É importante destacar que a proposição de uma grande discussão a partir da necessidade de repensar os cursos de jornalismo é gestada em um mundo cujas relações se alteram em prol de um novo projeto: na visão superficial, não há mais polarizações, a democracia de ideário burguês, calcado na liberdade econômica e “filosófica”, constitui-se como movimento hegemônico, fazendo com que os autores políticos sugerissem o “fim da história”, expressão conhecida da época. Em outras palavras, a atividade jornalística está marcada por uma dinâmica comercial-industrial capitalista (HABERMAS, 1971; MARCONDES FILHO, 1984), que se expressa no conjunto de determinações históricas de dada época e na qual “a venda em massa de jornais força à uniformidade e a jurisprudência; na outra ponta da realidade da produção capitalista, mantém-se junto ao bastião dessa situação especial da imprensa (como merecedora de proteção)” (MARCONDES FILHO, 1984, p. 38).

Ademais, mediante os fracassos dos currículos mínimos, oriundos das tentativas de influência do CIESPAL na formação de comunicadores – graças à falta de flexibilidade dos currículos e a incapacidade de superar os entraves estruturais a que estava presa a profissão – e da queda na qualidade dos cursos, uma nova discussão acerca do perfil de condução do ensino de jornalismo desenvolve-se, a fim de preencher possíveis lacunas deixadas pelo Currículo Mínimo.

As Diretrizes Curriculares Nacionais

As discussões sobre Diretrizes Curriculares para os cursos de Comunicação no Brasil foram promovidas

pela Associação Brasileira das Escolas de Comunicação Social (ABECOM), as quais desembocaram, em 1999, no desenvolvimento de uma diretriz curricular. A proposta de Diretrizes Curriculares para os cursos de Comunicação Social foi elaborada a partir das discussões realizadas durante o Seminário Nacional de Diretrizes Curriculares do Ensino de Jornalismo, evento realizado graças à iniciativa do Curso de Jornalismo da PUC de Campinas e co-promovido e organizado pela Federação Nacional dos Jornalistas, pelo Fórum Nacional de Professores de Jornalismo, hoje Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo (ABEJ) e pelo Observatório da Imprensa e pelo GT de Jornalismo da Intercom.

As primeiras Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) da área de Comunicação Social, publicadas a partir de 2001/2002, nasceram com o objetivo de orientar a formulação do projeto pedagógico de curso, apresentando diretrizes para que cada Instituição de Ensino Superior (IES) mantivesse-se relacionada ao projeto nacional de formação, e flexibilizar a estrutura e currículo dos cursos. As DCN (2002) estabeleceram que o papel da orientação dos objetivos é mais eficaz do que uma eventual homogeneização dos cursos de comunicação, por decretos e currículos. O documento, contudo, não garantiu o prestígio e autonomia necessários às “habilitações”. Além disso, a liberdade excessiva das diretrizes à época, segundo Bernardo (2010), trouxe resultados graves para a qualidade do ensino, já que as IES privadas aumentaram carga horária do “Perfil Comum”, de conteúdo teórico, visando diminuir os gastos com docentes e laboratórios. Meditsch (2007) acrescenta o deslocamento da pós-graduação em relação aos objetivos da graduação,

que trouxe como consequência a ausência de áreas de concentração e linhas de pesquisa em jornalismo e na “rejeição ao caráter aplicado das disciplinas, como se viu no debate interno à área acadêmica de comunicação sobre a reclassificação das áreas de conhecimento, proposta pelo CNPq em 2005” (MEDITSCH, 2007, p. 49)⁸.

Após discussões desde a homologação das DCN (2002) e a constatação da fragilidade dos cursos de Jornalismo, em 2009, uma comissão de especialistas⁹ atuou no sentido de mediar e organizar discussões para debate e reflexão sobre o ensino de jornalismo no Brasil. Esse processo envolveu agentes da sociedade, entre empresários do setor, educadores, alunos, organizações sindicais, dirigentes de escolas, cursos e departamentos de ensino e pesquisa, e membros da sociedade civil, em audiências públicas, pesquisa e entrevistas.

As reuniões culminaram na aprovação e homologação, em 2013, das mais recentes Diretrizes Curriculares Nacionais, criadas com a intenção de atualizar aspectos da formação, ao passo que garante a “liberdade de cátedra” às instituições de ensino superior ao preservar as demandas regionais como um norteador na construção dos Projetos Pedagógicos

⁸ Esta tendência é agravada por uma crescente conjunção de interesses dessa perspectiva acadêmica dominante na área com a intenção de barateamento da universidade. [...] a quem interessa este barateamento de um e de outro e que se caracteriza por alguns aspectos: a produtividade em função de resultado econômico imediato (marketing, barateamento), a desregulamentação e a desregulação, a desarticulação reforçada pela ausência do interesse público como referência e a supressão pelo interesse do capital de direitos, garantias e de progressos já alcançados. (MEDITSCH, 2007, p. 49-50).

⁹ Portaria MEC-SESU 203/2009.

de Curso e dos currículos. Além disso, o documento difere-se dos demais ao considerar pressupostos históricos e garantir a especificidade da profissão de jornalista. Os novos Projetos Pedagógicos, desse modo, fundamentam-se na superação da concepção generalista – de comunicador –, na acepção da lógica dialética a que prática e teoria estão imbuídas, e na conquista, pela primeira vez, dos espaços próprios do ensino e, sobretudo, da pesquisa do jornalismo.

Há também um caminho a percorrer para que as escolas sejam levadas a sério não apenas na academia, mas também no meio profissional do jornalismo: é preciso consolidar o jornalismo como disciplina de direito próprio, elevar igualmente o nível de sua prática científica, se aproximar da realidade, buscar respostas aos problemas relevantes para a profissão, projetar e construir competência profissional para o presente e o futuro, assumindo a vanguarda tecnológica, e distinguir a qualidade no jornalismo, apontando erros e alternativas pragmáticas para o seu aprimoramento. (MEDITSCH, 2007, p. 58-9).

O relatório dos especialistas acerca das novas Diretrizes (BRASIL, 2009) ainda aponta que mesmo com a extinção dos Currículos Mínimos, a reformulação das Diretrizes Curriculares Nacionais de 2002, e o aparente abandono da ideia de se formar comunicadores polivalentes, as teorias não foram planejadas e colocadas nos cursos para levantar ou refletir sobre as questões suscitadas pelas habilitações profissionais específicas, o que era esperado.

Dentre as modificações pontuais, em relação às DCN anteriores, as IES devem reinserir em suas atividades e regulamentar os estágios curriculares supervisionados, integrar a graduação e a pós-graduação,

incentivar a pesquisa e extensão, e propor divisão curricular cuja carga horária total tenha, no mínimo, 3000 horas, das quais, o estágio curricular (200 horas) e as atividades complementares não excedam 20% da carga total do curso.

A presente análise deteve-se ao caso da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e na reflexão sobre o processo de mudança dos PPP, dialogando com as demandas e prerrogativas apresentadas por discentes e docentes.

Por um novo PPP: a análise do jornalismo da Unesp

A Universidade Estadual Paulista, na segunda metade de 2015, consolidava suas discussões para a produção de um novo Projeto Político-pedagógico (PPP) guiadas pelas DCN de 2013. Vigorava, até então, o PPP produzido em 2004, inspirado nas dimensões estabelecidas pelas DCN de 2002, no qual ainda se fazia menção ao eixo generalista das comunicações – citado anteriormente.

Em contornos gerais, o Projeto Pedagógico de 2004 leva em conta pressupostos importantes para a profissão, como o interesse público e a necessidade de se repensar o jornalismo, com suas práticas intrínsecas, recusando a profissão e o profissional como mercadorias. Nos aspectos que envolviam as disciplinas obrigatórias, o PPP vigente caracteriza-se pela entronização da mídia impressa. Segundo o gestor F.B.¹⁰, o currículo anterior à reformulação forma, sobretudo repórteres, e o ideal é que o egresso “tenha formação mais rica e diversificada em um cenário

¹⁰ As gestoras e professoras, e os gestores e professores do curso que foram entrevistados serão identificados por iniciais.

de mutação tecnologia e de adaptação do próprio ecossistema produtivo do jornalismo" (F. B., 2015, entrevista concedida ao autor)¹¹.

O desafio dos jornalistas é convencer a opinião pública de que o seu trabalho é indispensável, é estratégico para a sociedade, e que ele deve ser remunerado por isso. Precisamos, portanto, ultrapassar a visão de que o jornalista precisa ser empregado assalariado, e os cursos estão contribuindo para isso, com uma lógica capitalista, presa à suporte e analógica (A. F., 2015, entrevista concedida ao autor)¹².

O PPP de 2004, além disso, não projeta as mudanças na composição da categoria discente da universidade. Segundo o Anuário 2015¹³ da Unesp, o percentual de alunos oriundos de escola pública aumentou entre 2009 e 2014. Se em 2009, os alunos de escolas privadas preenchiam dois terços das vagas da universidade, em 2014, as proporções se equilibraram: 56,4% dos alunos matriculados tinham frequentado, por mais tempo, a escolas particulares; e 43,6% haviam frequentado as escolas públicas. No Anuário 2019 da Unesp¹⁴, os dados relativos a 2018 demonstram um aumento no percentual de pessoas já que 53,7% dos matriculados cursaram ensino médio todo na escola pública e 55,3% dos matriculados ou estudaram todo ensino médio em escola pública ou maior parte do tempo em escola pública. Essa tendência numérica demonstra o alcance e os efeitos das políticas democratizantes visando ao acesso às universidades públicas laicas do país.

¹¹ F.B... Entrevista II. [ago. 2015]. 1 arquivo .mp3 (20 min.).

¹² A.F.,... Entrevista V. [ago. 2015]. 1 arquivo .mp3 (45 min.).

¹³ UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2015, Anuário 2015. Disponível em <https://ape.unesp.br/anuario/flip/2015/index.html#18/z>

¹⁴ UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2019, Anuário 2019. Disponível em: https://ape.unesp.br/anuario/pdf/Anuario_2019.pdf

Segundo gestor J.X., em entrevista concedida em agosto de 2015, o novo ingressante da universidade, aluno ou aluna oriundo da escola pública brasileira, teve contato ou participou de cursinhos comunitários¹⁵, coletivos culturais, movimentos estudantis, entre outras comunidades políticas. Esses grupos encontram, na universidade, coletivos organizados, cursinhos comunitários com uma atuação ampla, dentre tantas outras atividades políticas, e, consequentemente, terão um aproveitamento e avaliação diferentes dos outros ingressantes, e o novo Projeto Pedagógico deve estar atento a esse perfil de estudantes.

[...] manifestações pontuais de intolerância tenderão a ter resistências dos novos ingressos; nos projetos de extensão, os movimentos forçarão a universidade a ter um trabalho de extensão mais efetivo; na permanência, se tiver uma política de permanência, isso pode alterar o rumo do estudante na universidade. Eu tendo a crer que teremos egressos com visão mais crítica com relação ao jornalismo, mais preocupado em compreender outras possibilidades de exercício profissional [...]. (J. X. 2015, entrevista concedida ao autor)¹⁶

Além disso, segundo o gestor J.X., os novos Projetos Pedagógicos de Curso precisariam de um ambiente mais ágil, sem as amarras típicas impostas pela própria instituição necessitando de "um envolvimento mais propositivo dos professores, dos alunos e funcionários" (J. X., 2015, entrevista concedida ao autor).

No nível do ensino de graduação, um dos maiores problemas que as universidades públicas do país, tanto USP quanto Unesp, enfrentam é o déficit na contrata-

¹⁵ Segundo Anuário da Unesp de 2019, 11,5% dos matriculados da universidade frequentaram cursinhos comunitários apoiados pela Unesp e o percentual sobe para 18% dos matriculados, quando considerados os cursinhos organizados por outras instituições.

¹⁶ J. X.. Entrevista I. [ago. 2015]. 1 arquivo .mp3 (30 min.).

ção de professores, devido a cortes orçamentários, aposentadorias, falecimentos e afastamentos, somado à necessidade de investimento em infraestrutura. Muitos docentes têm carga horária¹⁷ superior ao esperado, o que contribui para o sucateamento do ensino na graduação em Jornalismo, a partir do qual os novos PPP devem criar estratégias para amenizar seus efeitos.

O quadro 1 apresenta contagem simples dos professores em relação ao decorrer dos anos. Os dados foram coletados dos meios institucionais da Unesp, que não consideram a atividade do professor, mas sim se ele possui ou não contrato ativo com a instituição. Não são consideradas, portanto, solicitações de afastamento, licenças, ou qualquer outro tipo de questão formal que impossibilite o professor de exercer alguma de suas funções. É importante que se tome esses pontos em consideração visto que, no cotidiano das universidades o número de professores atuando pode ser menor do que aquele que os meios institucionais demonstram¹⁸. Além disso, o número de

¹⁷ Segundo Relatório de Avaliação Institucional, da Universidade Estadual Paulista, o fim da primeira década dos anos 2000 sugerem um aumento no número de professores inativos e uma redução no número de ativos. Como medida emergencial para suprir a demanda de docentes, recorreu-se à contratação de professores substitutos e/ou de bolsistas didáticos. O resultado dessa política implementada pela reitoria foi o aumento de 123% do número de contratação de substitutos, os quais passaram a representar, a partir de 2009, 15% do total dos professores ativos. Soma-se a isso a política de contingenciamento e congelamento da contratação de professores e servidores técnico-administrativos.

¹⁸ Para sua operacionalização, o PPP de 2004 apontou a necessidade de contratações para o corpo docente, visto que o curso tinha um déficit de cinco professores. O Departamento de Comunicação Social ainda apresentava, 11 anos depois, déficit de docentes. A defasagem é motivada pelas políticas de contenção de gastos e enxugamento do corpo docente que historicamente acomete a área de humanas no país.

professores por departamento não representa o número de professores apenas do curso de jornalismo. É importante lembrar que o Departamento de Comunicação Social (DCSO) da Unesp é responsável pelos cursos de Relações Públicas, Jornalismo e Comunicação: Rádio, TV e Internet. O Departamento de Ciências Humanas (DCHU) do campus de Bauru fornece atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão para todos os cursos do campus.

Quadro 1 - Quadro docente dos Departamentos responsáveis pelo curso de Jornalismo da Unesp

		Corpo Docente (2015)		Corpo Docente (2020)	
DCSO	DCHU	DCSO	DCHU	DCSO	DCHU
Doutores: 10 Mestres: 15* Bacharéis: 1**	Doutores: 18 Mestres: 9*** Bacharéis: 2****	Doutores: 23 Mestres: 3***** Bacharéis: 0	Doutores: 25 Mestres: 0 Bacharéis: 0	Doutores: 21***** Mestres: 2***** Bacharéis: 0	Doutores: 21***** Mestres: 0 Bacharéis: 0
Total: 26 docentes DCSO; 29 docentes DCHU		Total: 26 docentes DCSO; 25 docentes DCHU		Total: 23 docentes DCSO; 21 docentes DCHU	

*Dos 15 professores com mestrado, 10 docentes (66,6% dos mestres), na época do PPP de 2004, já haviam iniciado doutorado.

** O docente bacharelado já havia iniciado, na época da produção do PPP, o mestrado.

*** Dos 9 professores com mestrado, 3 docentes (33,3% dos mestres), na época do PPP de 2004, já haviam iniciado doutorado.

**** Dos docentes bacharelados, um havia iniciado, na época da produção do PPP, o mestrado.

***** Destes, uma docente está cursando doutorado, iniciado em 2005, conforme o seu currículo Lattes.

***** Dos docentes com pelo menos doutorado, cinco possuem livre-docência.

***** Dos mestres, uma docente afirma em seu lattes estar cursando doutorado em multimeios pela Unicamp, iniciado em 2005 e um docente está cursando doutorado em comunicação no Programa de Pós-Graduação da Unesp de Bauru.

***** Dos docentes com pelo menos doutorado, oito possuem livre-docência.

Fonte: Universidade Estadual Paulista. Disponível em <http://www.faac.unesp.br/index.php#!/departamentos/comunicacao-social/corpo-docente/>. Elaborado pelos autores.

Um dos desafios que se faz presente ainda hoje nas universidades públicas é a necessidade de contratação de

professores para cumprimento ideal das determinações das diretrizes e do Projeto Pedagógico de Curso. Segundo o gestor F.B. um dos maiores desafios da Unesp, a partir da reformulação do Projeto Político-Pedagógico, era a reposição das vagas do corpo docente dos departamentos, "que por aposentadoria ou por qualquer outro tipo de afastamento, se mantêm ainda não preenchidas. Isso faz com que tenhamos ainda um grande número de professores substitutos e professores bolsistas" (F.B., 2015, entrevista concedida ao autor).

Na discussão do currículo, a estrutura do curso da Unesp, disposta no Projeto Pedagógico do Curso, de 2004, apontou para o equilíbrio entre aquilo que se considerou disciplinas específicas do Jornalismo (25 disciplinas ou 1230 horas/aulas) - ligadas à prática jornalística e/ou à reflexão específica da profissão - e das Ciências Humanas (17 disciplinas ou 900 horas/aulas) - disciplinas atreladas às áreas das Ciências Humanas, que promovem a sustentação teórica para o conhecimento de mundo do profissional do jornalismo. Soma-se a esse quadro, 11 disciplinas, ou 510 horas/aulas, que procuram refletir e embasar a Comunicação.

A organização das disciplinas em seis eixos¹⁹, nas DCN 2013, sugerem a articulação equânime das disciplinas em grandes grupos (eixos) que compõem o conjunto de conhecimento e práticas necessárias para formação. Os cursos de Jornalismo, no entanto, apresentam estruturas curriculares diversificadas nas quais alguns eixos se sobrepõem a outros ou sequer existem.

¹⁹ **Eixo 1:** fundamentação humanística; **eixo 2:** fundamentação específica; **eixo 3:** fundamentação contextual; **eixo 4:** formação profissional; **eixo 5:** aplicação processual; **eixo 6:** prática laboratorial.

Gráfico 1 - Percentual do número de horas reservado a cada área do conhecimento no PPP de 2004/Unesp (percentuais aproximados)

Fonte: Projeto Político-pedagógico do Curso de Jornalismo 2004 (Elaborado pelos autores)

À luz dos eixos disciplinares das DCN 2013, a divisão da grade curricular vigente na Unesp – regida pelas DCN 2002 – indica amplo privilégio às disciplinas do conjunto de disciplinas humanísticas, representadas pelo Eixo 1 (870 horas), seguido pelo eixo 5 (570 horas), eixo 4 (420 horas), eixo 3 (360 horas), eixo 6 (270 horas) e eixo 2 (150 horas).

Crítica discente do curso da Unesp

O questionário produzido por meio de plataforma digital foi disponibilizado a todos os alunos matriculados nas classes de Jornalismo e a ex-alunos e poderia ser respondido, voluntariamente, desde que

tivesse vínculos com o curso. Foram reunidas, em um período de pouco mais de 40 dias, 50 respostas, o que corresponde a 15% do número total de matrículas em Jornalismo da Unesp. O questionário foi estruturado a partir de questões abertas e fechadas, que pretenderam ampliar a participação dos discentes na construção de um novo curso e diagnóstico dos problemas, segundo o enfrentamento e a vivência dos estudantes.

O perfil discente participante da sondagem reflete as tendências sociais que começam a se esboçar no microcosmo da universidade: a maioria é feminina (52% das participações); cerca de um quarto (26% dos alunos) do grupo de respostas fez intercâmbios para Instituições no exterior; 58% dos participantes indicaram que já trabalharam ou atuam como jornalistas em empresas de comunicação.

Na avaliação de 84% dos discentes participantes, a formação do curso de jornalismo é *muito deficitária* (MD) ou *deficitária* (D) enquanto que apenas 16% acredita que a formação seja *eficiente* (E). Dentre as principais qualidades positivas do ensino de Jornalismo que foram apontadas pelos discentes estão: *a grande carga horária das disciplinas humanística; a manutenção de projetos de extensão que estimulam a prática; independência profissional e senso crítico; os eventos organizados pelos departamentos, cursos ou projetos de extensão; o diálogo com e disponibilidade dos professores; o incentivo à pesquisa; realização de ensino interdisciplinar; e a presença de docentes com experiência na academia e no mercado.* Dentre as qualidades negativa, a pode-se destacar: *ausência de disciplinas optativas; má distribuição da carga horária; teoria distante da prática; não obrigatoriedade do*

estágio; ensino, pesquisa e extensão desalinhados; sistema de avaliações inconsistente; propostas pedagógicas limitadas e pouco democráticas; corpo docente pouco interessado no ensino na graduação; elevado número de docentes substitutos; falta recursos nos laboratórios; softwares e equipamentos desatualizados; ausência de “fiscalização” dos coordenadores perante as atividades dos docentes; falta de valorização de funcionários, docentes e alunos; entre outras.

Na avaliação dos alunos, a carga horária, ou as 2880 horas, divididas em oito semestres, foi suficiente para as atividades relacionadas ao ensino, já que 64% dos discentes possuíam uma avaliação positiva, entre *muito eficiente* e *eficiente*, do número de horas dedicadas ao ensino. No entanto, os participantes da pesquisa tiveram a percepção de que o “uso” desse tempo não era realizado da melhor forma possível, tendo em vistas a formação: 84% avaliaram a matriz curricular de Jornalismo da Unesp negativamente, entre *muito deficitário* e *deficitário*, enquanto apenas 16% classificam como *eficiente*.

Quando o curso é avaliado segundo sua capacidade de realizar o diálogo entre o ensino, a pesquisa e a extensão, os resultados são negativos: 61% avaliaram como *muito deficitária* e *deficitária* a sinergia entre tripé universitário. Dentre as sugestões e considerações realizadas pelos discentes, pode-se assinalar a recorrência das opiniões que constata a entronização da pesquisa em detrimento do ensino e da extensão, o que promove o desequilíbrio.

O curso de Jornalismo da Unesp, ademais, não goza de uma boa relação com o setor produtivo, segundo os discentes: 88% dos participantes da pesquisa avaliaram que a relação entre a Academia e

o setor produtivo local é *muito deficitária* ou *deficitária*, enquanto apenas 12% acreditam sê-la eficiente. A avaliação foi realizada antes da obrigatoriedade estabelecida pelas DCN (BRASIL, 2013) de estágios curriculares.

A infraestrutura e os recursos materiais do curso de Jornalismo da Unesp foram avaliados por 50% dos participantes como *insatisfatórios* ou *muito insatisfatórios*, enquanto 32% acham *pouco satisfatório* e apenas 18% os acham *satisfatórios*. Dentre as principais considerações, os alunos reincidentem em: falta de equipamentos de qualidade básicos; softwares e hardwares desatualizados; softwares *opensource* não supriam as carências.

Por fim, a avaliação discente a respeito dos docentes ramificou-se em duas análises: a primeira consiste em verificar se os professores demonstram disposição em dialogar e em inserir o aluno no processo de construção do conhecimento – parâmetros para as respostas: *sim*; *não*; *nem sempre* -, e a segunda em avaliar se o número de professores é adequado ao curso.

Na avaliação de 78% dos discentes participantes, os professores *nem sempre* estiveram dispostos a conceber uma aula democrática e que insira o aluno no processo. A maioria dos alunos – 80% - da pesquisa também compreende que o número atual de professores do curso *não* atende às demandas do curso.

Considerações finais

A obrigatoriedade da mudança dos Projetos Pedagógicos de curso e as avaliações apresentadas pelos discentes são diagnósticas no que concerne a incapacidade dos cursos em promover, com transpa-

rência, uma gestão eficiente e empreender esforços, dentro do cenário em que estão mergulhados – com investimentos cada vez mais escassos e falta de apoio institucional -, para um ensino de qualidade. Essas avaliações são imprescindíveis para a democratização da reformulação universitária

Em 2020, o curso de Jornalismo da Unesp teve a primeira turma ingressante no novo PPP. O projeto político-pedagógico, após intensos debates, traz uma matriz equilibrada nos seis eixos exigidos, alinhando-se mais aos anseios profissionais e de mercado, com aumento de um semestre de duração (de 4 para 4,5 anos), e intensa articulação com o setor produtivo para recepção dos discentes no cumprimento do estágio obrigatório.

O que se viu, no entanto, com o passar dos anos foi o aumento das políticas de contingenciamento e ações de desmonte dos cursos da grande área das Ciências Humanas, por meio de ações como a redepartamentalização, fechamento de cursos, entre outros. Além disso, ao Jornalismo, desde o período de discussão das DCN, coube novos desafios no início dos anos 2020, como a necessidade enfrentamento ao ecossistema de desinformação (que tem no bojo as *Fake News*) e de se pensar em educação midiática na era da pós-verdade e “bolhas sociais”; a necessidade de lidar com um mundo regido por algoritmos e pela a ampliação dos usos dos dados, bem como novas áreas que emergem do desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação, entre outros.

O começo para a superação das contradições profissionais internas está subjacente à repatriação ou constituição do Jornalismo como campo do conhecimento autônomo, como bem público, e longe

de sua reprodução sistemática e hegemônica, que o conduz à reprodução de valores dominantes e ao distanciamento de sua função social.

Referências

AVANZA, Marcia F.. **Danton Jobim, o mediador de duas culturas: por uma pedagogia do jornalismo**. 2007. 224 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BAHIA, Juez. **Jornal, história e técnica. História da Imprensa brasileira. vol I**. Rio de Janeiro: Ática, 1990.

BERNARDO, Cristiane H. C. **Educação Jornalística: entre a cruz da Academia e a espada do Mercado**. 2010. 196 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2010.

BRASIL, Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação. Portaria nº 203/2009, de 12/02/2009. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo**. Brasília, DF

BRASIL. Constituição (2013). Resolução nº 1, de 27 de setembro de 2013. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo**. Brasília, DF, Disponível em: http://www.fenaj.org.br/educacao/novas_diretrizes_curriculares_jornalismo.pdf. Acesso em: 19 fev. 2016.

HABERMAS, Jürgen. **Strukturwandel der Öffentlichkeit**. Untersuchung zu einer Kategorie der bürgerlichen Gesellschaft. 5ª Ed. Neuwied/ Berlin: Luchterland, 1971

MARCONDES FILHO, Ciro (Org.). **Imprensa e Capitalismo**. São Paulo: Kairós Livraria Editoria, 1984.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação & Jornalismo – A Saga dos Cães Perdidos**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

MARQUES DE MELO, José. Costa Rego, o primeiro catedrático de jornalismo do Brasil. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 33, n. 1, p.80-117, jan./jul. 2000. Semestral.

MARQUES DE MELLO, José. Os primórdios do ensino de jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p.73-83, 2005.

MEDITSCH, Eduardo. Novas e velhas tendências: os dilemas do ensino de jornalismo na sociedade da informação. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, Brasília, v.1, n.1, p.41-62, abr./jul. 2007.

SAMPAIO, Helena. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. **Revista Ensino Superior Unicamp**, Campinas, v. 4, n. 1, p.28-43, out. 11.

TRIGUEIRO, Michelangelo. **Reforma Universitária e mudanças no ensino superior no Brasil**. Brasília: Unesco - Digital Observatory For Higher Education In Latin America And The Caribbean, 2003. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001399/139968por.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, **Projeto Político Pedagógico para o curso de Comunicação Social e suas Habilitações**. Bauru, 2002.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Relatório de avaliação institucional – 2005-2009**. São Paulo, 2010. 90 p. Disponível em: http://www.unesp.br/cpa//mostra_arq_multi.php?arquivo=8256 . Acesso em: 31 mar. 2016.